



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

10.º SUPLEMENTO

SUMÁRIO

GOVERNO

Decreto-Lei n.º 58/2009.
Cria a SPAUT, S.A – Sociedade Gestora de
Sistemas de Pagamentos Automáticos, S.A.

Decreto 55/2009.
Aprova o Estatuto Orgânico da Direcção
Administrativa e Financeira.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, REFORMA DE ESTADO
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS
PARLAMENTARES

Direcção Geral dos Registos e Notariado

Anúncios Judiciais e Outros
Constituição de Sociedade.

GOVERNO**Decreto-Lei n.º 58/2009****SOCIEDADE GESTORA DE SISTEMAS DE PAGAMENTOS AUTOMÁTICOS ABREVIADAMENTE, SPAUT, S.A.**

O presente diploma tem por objecto a criação de uma Sociedade Gestora de Sistema de Pagamentos Automáticos, encarregue de gerir actividades relacionadas com o desenvolvimento e utilização de meios e instrumentos de pagamentos automáticos em S. Tomé e Príncipe, em particular a instalação, a montagem, a gestão de operações nacionais e internacionais, a emissão, a gestão e o controlo de cartões bancários, a prestação de serviços ligados aos sistemas electrónicos de pagamentos, de transmissão e de gestão de informações de dados.

SPAUT, S.A – Sociedade Gestora de Sistemas de Pagamentos Automáticos, tem como sócios, o Banco Central de S. Tomé e Príncipe, representando o Estado Santomense, na qualidade de regulador, fiscalizador e promotor do bom funcionamento dos sistemas de compensação e de pagamentos, os bancos comerciais exercendo a actividade de intermediação financeira.

Nestes termos, no uso das faculdades conferida pela alínea c) do artigo 111 da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º**(Criação e Estrutura de Capital Social)**

1. É criada a SPAUT, S.A – Sociedade Gestora de Sistemas de Pagamentos Automáticos, S.A., adiante designada por Sociedade.

2. O capital da Sociedade é de Euros 1.500.000,00 (Um milhão e Quinhentos Mil Euros) equivalentes em Dobras a XXXXXXXX, representado por 1.500 (Mil e Quinhentas) acções de Euro 1.000,00 (Mil Euros) cada, repartido nos seguintes termos:

- a) Banco Central de S. Tomé e Príncipe com 44%, equivalente a 660 acções, conforme a autorização referida no artigo 4º deste Decreto-Lei;
- b) Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- c) Banco do Equador S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- d) Banco Afriland First Bank STP, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- e) Banco Commercial Bank STP, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- f) Banco Island Bank STP, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- g) Banco Ecobank STP, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- h) Banco Oceanic Bank STP, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;

3. Pode ser também accionista da Sociedade, quaisquer outras instituições de crédito ou pára-bancária.

4. O capital social da Sociedade poderá ser aumentado, designadamente, pela admissão de novos accionistas, nos termos referidos no número 3 anterior.

Artigo 2.º**(Objecto Social)**

1. A Sociedade tem por objecto:

- a) A instalação, montagem e gestão em São Tomé e Príncipe do Sistema de Pagamentos Automáticos de índole tanto nacional como internacional, com exclusividade no território nacional, bem como todos os restantes serviços adjacentes ou complementares;
- b) O termo exclusividade mencionado na alínea a) anterior, significa que nenhum banco e outra sociedade financeira ou não financeira poderá ter caixas automáticas (ATM) ou um terminal de pagamentos (POS) com acesso ao público em geral, se os seus equipamentos não estiverem ligados à plataforma da Sociedade criada por este diploma,
- c) A emissão, gestão e controlo de cartões que poderão assumir a forma de cartões de débito, crédito ou porta-moedas electrónicas;
- d) A celebração de todos os contratos com organizações congéneres, estrangeiras e nacionais emissoras destes cartões;
- e) A prestação de quaisquer serviços de alguma forma ligados aos sistemas de pagamentos automáticos, nomeadamente a tele-compensação e tratamento informático, e fornecimento de equipamentos informáticos aos seus accionistas e aos prestatários dos seus serviços ou ainda aos terceiros;
- f) O transporte de valores dos accionistas;
- g) A manutenção do parque de máquinas, nomeadamente ATM, POS, ou outros terminais similares;
- h) A gestão da rede nacional de utilizadores da SWIFT, SICOI e outras redes similares;
- i) O mais que lhe for cometido pelos estatutos.

2. A Sociedade poderá ainda exercer outras actividades subsidiárias à actividade principal, não descritas no ponto anterior, desde que para tal seja devidamente autorizada pela Assembleia-Geral e obtenha as necessárias autorizações legais.

Artigo 3.º**(Personalidade jurídica)**

A Sociedade goza de personalidade jurídica desde a data de entrada em vigor do presente diploma, que constitui título suficiente para inscrição no registo comercial.

Artigo 4.º
(Autorização Especial)

Excepcionalmente o Governo São-tomense autoriza o Banco Central de S. Tomé e Príncipe através deste Decreto-Lei a promover a criação da Sociedade, assim como a participação no capital da mesma.

Artigo 5.º
(Estatutos)

São aprovados os estatutos da Sociedade, constantes do anexo a este diploma, os quais não carecem de redução a escritura pública, devendo o respectivo registo ser feito com base no boletim oficial em que hajam sido publicados.

Artigo 6.º
(Entrada em vigor)

Este diploma entra em vigor na data da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, aos 15 e 19 do mês de Junho de 2009.- O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Dr. Joaquim Rafael Branco*; O Ministro da Justiça, da Reforma do Estado, da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares, *Dr. Justino Tavares Veiga*; A Ministra do Plano e Finanças, *Dr.ª Ângela Viegas Santiago*.

Promulgado em 23 de Dezembro de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, *Fradique Bandeira Melo de Menezes*.

Estatutos da Sociedade Gestora de Sistemas de Pagamentos Automáticos

CAPÍTULO I
Da denominação, Sede e Objecto

Artigo Primeiro
(Denominação social)

A Sociedade Gestora de Sistemas de Pagamentos Automáticos adopta a forma de Sociedade anónima com a denominação social de SPAUT, S.A. e rege-se pelos presentes estatutos bem como pelas normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo Segundo
(Sede social)

1. Sociedade tem a sua sede na cidade de São Tomé.
2. Por simples deliberação do Conselho de Adminis-

tração, a Sociedade poderá alterar a sua sede social, bem como criar quaisquer outras formas de representação onde e quando entender conveniente.

Artigo Terceiro
(Objecto social)

1. Sociedade tem por objecto:

- a) A instalação, montagem e gestão em São Tomé e Príncipe do sistema de pagamentos electrónicos de índole tanto nacional como internacional, com exclusividade no território nacional, bem como todos os restantes serviços adjacentes ou complementares;
- b) O termo exclusividade mencionado na alínea a) anterior, significa que nenhum banco e outra sociedade financeira ou não financeira poderá ter caixas automáticas (ATM) ou um terminal de pagamentos (POS) com acesso ao público em geral, se os seus equipamentos não estiverem ligados a plataforma da Sociedade criada por este diploma;
- c) A emissão, gestão e controlo de cartões que poderão assumir a forma de cartões de débito, crédito ou porta-moedas electrónicas;
- d) A celebração de todos os contratos com organizações congéneres, estrangeiras e nacionais emissoras destes cartões;
- e) A prestação de quaisquer serviços de alguma forma ligados aos sistemas de pagamentos automáticos, nomeadamente, a tele-compensação e tratamento informático, e fornecimento de equipamentos informáticos aos seus accionistas e aos prestatários dos seus serviços ou ainda aos terceiros;
- f) O transporte de valores dos accionistas;
- g) A manutenção do parque de máquinas, nomeadamente, ATM, POS, ou outros terminais similares;
- h) A gestão da rede nacional de utilizadores da SWIFT, SICOI e outras redes similares;
- i) O mais que lhe for cometido pelos estatutos.

2. A Sociedade poderá ainda exercer outras actividades subsidiárias à actividade principal, não descritas no ponto anterior, desde que para tal seja devidamente autorizada pela Assembleia-Geral e obtenha as necessárias autorizações legais.

Artigo Quarto
(Duração)

A Sociedade é constituída por tempo indeterminado.

Artigo Quinto
(Participações)

A Sociedade poderá, mediante deliberação da Assembleia-Geral, adquirir ou gerir participações sociais em quaisquer sociedades com o objecto social semelhante ou

diferente do seu, ainda que sejam sociedades reguladas por lei especial, de direito santomense ou sujeitas a um direito estrangeiro, bem como participar em agrupamentos de empresas, joint-ventures, coligações de sociedades ou outras formas de associação.

CAPÍTULO II

Artigo Sexto (Capital Social)

1. O capital social, expresso em dobras, equivalerá, no dia da escritura pública de constituição a Euros 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil Euros), ao câmbio médio do Banco Central de São Tomé e Príncipe, encontrando-se totalmente subscrito e realizado, e fica representado por 1.500 (mil e quinhentas) acções nominativas, com o valor nominal de Euro 1.000,00 (mil Euros) cada.

2. O capital da sociedade, realizado em numerário ou em qualquer outro activo tangível e correctamente avaliado, livre de quaisquer ónus reais ou encargos é distribuído da seguinte forma:

- a) Banco Central de São Tomé e Príncipe com 44%, equivalente a 660 acções;
- b) Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- c) Banco do Equador S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- d) Banco Afriland First Bank STP, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- e) Banco Commercial Bank STP, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- f) Banco Island Bank STP, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- g) Banco Ecobank STP, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções;
- h) Banco Oceanic Bank STP, S.A., com 8%, equivalente a 120 acções.

3. Pode ser também accionista da Sociedade quaisquer outras instituições de crédito ou pára-bancária.

Artigo Sétimo (Aumento do capital social)

A Assembleia-Geral poderá mediante proposta do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal, deliberar aumentar o capital social e as condições das novas emissões, bem como as formas e os prazos em que poderá ser exercido o direito de preferência dos accionistas.

Artigo Oitavo (Representação do capital social)

1. O capital social é representado por acções nominativas sujeitas a registo, podendo, haver títulos com mais de uma acção a todo tempo substituíveis por agrupamen-

to ou subdivisão.

2. Na sede da Sociedade, haverá um livro de registo das acções existentes.

3. Os títulos, provisórios ou definitivos, serão assinados por dois administradores.

4. Serão da conta dos accionistas requerentes as despesas de conversão e substituição dos títulos.

Artigo Nono (Acções próprias)

É permitida à Sociedade adquirir acções próprias dentro dos limites da lei e realizar sobre elas as operações que se mostrem legais e convenientes aos interesses sociais.

Artigo Décimo (Transmissão de acções e direito de preferência)

1. A transmissão de acções carece de autorização prévia da Sociedade, mediante deliberação da Assembleia-Geral.

2. O accionista que pretender transmitir as suas acções informará a Sociedade por meio de carta registada ou outro protocolo, dirigida ao presidente da mesa da Assembleia-Geral, com um mínimo de sessenta (60) dias de antecedência face à data a partir da qual deseja-se realizar a transmissão, dando a conhecer essa data, o preço e as condições de pagamento.

3. A Sociedade em primeiro lugar e os accionistas em segundo, gozam do direito de preferência na aquisição das acções.

4. Tratando-se de transmissão onerosa a proposta da Sociedade ou dos sócios deve oferecer uma contrapartida em dinheiro igual ao preço indicado pelo transmitente. Tratando-se de transmissão gratuita, a proposta deverá oferecer a quantia em dinheiro equivalente ao valor real das acções calculado de acordo com o último balanço aprovado em Assembleia-Geral.

5. Recebida a comunicação referida no ponto dois deste artigo, o presidente da mesa da Assembleia-Geral deverá convocar uma Assembleia-Geral extraordinária na qual a Sociedade exercerá ou não o seu direito de preferência.

6. Juntamente com a convocatória, deverá ser enviada cópia da comunicação recebida sobre as condições da transmissão.

7. Caso a Sociedade decida não exercer o seu direito de preferência, o presidente da mesa da Assembleia-Geral deverá comunicar por escrito, a todos os accionistas não transmitentes, que lhes é dado a exercer o direito de preferência.

8. Os sócios deverão comunicar por escrito, ao presidente da mesa da Assembleia-Geral a sua intenção de exercer o direito de preferência no prazo de quinze dias, contados da recepção da comunicação referida no número anterior.

9. Havendo vários sócios interessados na aquisição das acções, haverá rateio na proporção da respectiva participação social.

10. Logo que recebidas as comunicações ou excedido o prazo da sua ocorrência, o presidente da mesa da Assembleia-Geral comunicará aos accionistas transmitentes se os sócios exercerão ou não o seu direito de preferência e, em caso positivo, qual o número de acções que vão adquirir.

11. Se nem a Sociedade nem os sócios tiverem exercido o seu direito de preferência, o accionista transmitente poderá fazê-lo a terceiros, desde que o faça no prazo de trinta dias contados da data indicada na comunicação referida no número dois deste artigo e nas condições aí indicadas.

12. A constituição de quaisquer ónus ou encargos sobre as acções, carece de autorização dos sócios em Assembleia-Geral.

Artigo Décimo Primeiro (Emissão de obrigações)

1. Por deliberação da Assembleia-Geral, e sob proposta do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal, a sociedade poderá emitir obrigações, sobre qualquer das modalidades permitidas por Lei.

2. É permitida a Sociedade adquirir obrigações próprias dentro dos limites da lei e realizar sobre elas as operações que se mostrem legais e convenientes aos interesses sociais.

CAPÍTULO III Dos órgãos sociais Secção I Das disposições gerais

Artigo Décimo Segundo (Órgãos Sociais)

São órgãos sociais da sociedade:

- a) A Assembleia-Geral;
- b) O Conselho de Administração;
- c) O Conselho Fiscal.

Artigo Décimo Terceiro (Eleição dos órgãos sociais e duração dos mandatos)

1. O presidente, o vice-presidente e os secretários da mesa da Assembleia-Geral, bem como os membros do

Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, são eleitos pela Assembleia-Geral, sendo permitida a sua reeleição apenas uma vez.

2. O mandato dos membros dos órgãos sociais, incluindo os membros da mesa da Assembleia-Geral, tem a duração de três anos.

3. Os membros dos órgãos sociais permanecerão em funções até à tomada de posse dos novos membros que os substituam.

4. Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal após aprovação do seu curriculum pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe estão dispensados de prestar caução.

Artigo Décimo Quarto (Remuneração pelo exercício de cargos sociais)

1. As remunerações dos membros dos órgãos sociais serão fixadas pela Assembleia-Geral, que poderá eleger uma comissão de vencimentos composta por três elementos para o efeito, entre os membros da mesa ou entre os representantes dos accionistas.

2. O mandato da comissão de vencimentos terá a duração idêntica ao da mesa da Assembleia-Geral.

Artigo Décimo Quinto (Rotação no exercício de cargos sociais)

Em cada momento da vida da Sociedade, deverão todos os accionistas estar representados em, pelo menos um órgão social, devendo assistir-se a um princípio de rotação no exercício dos órgãos sociais por parte dos accionistas.

Artigo Décimo Sexto (Representação)

1. Sendo escolhida para a mesa da Assembleia-Geral, Conselho de Administração ou Conselho Fiscal uma pessoa colectiva, será esta representada no exercício do cargo por pessoa singular que for por aquela designada por carta dirigida ao presidente da mesa da Assembleia-Geral.

2. A pessoa colectiva pode, livremente substituir o seu representante, ou desde logo indicar mais de uma pessoa para o substituir, relativamente ao exercício de cargos da mesa da Assembleia-Geral, ou do Conselho de Administração.

3. No que respeita a indicação e substituição do representante da pessoa colectiva, membro do Conselho Fiscal, observar-se-ão as disposições legais aplicáveis, nomeadamente a cooperação.

Secção II Da Assembleia-Geral

Artigo Décimo Sétimo (Reuniões)

A Assembleia-Geral reunir-se-á em sessão ordinária uma vez por ano para apreciação aprovação ou modificação do balanço e contas do exercício fiscal em apreço, bem como para deliberar sobre quaisquer outros assuntos constantes da respectiva convocatória e, em sessão extraordinária, sempre que para tal for convocada.

Artigo Décimo Oitavo (Composição)

1. A Assembleia-Geral terá uma mesa composta por um presidente, a quem caberá orientar os trabalhos e as demais funções estabelecidas nestes estatutos, um vice-presidente, dois vogais e um secretário, ao qual cabe auxiliar e secretariar o presidente durante os trabalhos.

2. Os membros da mesa da Assembleia-Geral são eleitos pelos accionistas em Assembleia-Geral, podendo ser eleitos entre os accionistas, seus representantes ou estranhos á Sociedade.

Artigo Décimo Nono (Convocatória)

1. A Assembleia-Geral é convocada pelo presidente da mesa da Assembleia-Geral, ou, em caso de impedimento, pelo vice-presidente.

2. As Assembleias-Gerais serão convocadas a pedido do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou de qualquer dos accionistas ou grupo de accionistas que represente pelo menos trinta por cento do capital social.

3. A convocação das Assembleias-Gerais será feita por meio de publicação efectuada no Diário da República e num dos jornais mais lidos no país, com antecedência mínima de trinta dias, face à data marcada para a reunião, podendo também para agilizar o processo ser endereçado por carta com aviso de recepção.

4. A Assembleia-Geral poderá funcionar validamente, em primeira convocação, quando estiverem presentes ou representados accionistas titulares de, pelo menos, sessenta e sete por cento do capital social.

5. Na convocatória pode, desde logo, ser marcada uma segunda data de reunião com um intervalo superior a quinze dias, mas inferior a trinta dias, para a Assembleia-Geral se reunir em caso de não poder funcionar na primeira data por falta de quórum, podendo nessa segunda data reunir-se e deliberar validamente qualquer que seja o número de sócios presentes ou representados, excepto quanto às deliberações em que a lei ou outras disposições destes estatutos exijam a presença de um certo número de

accionistas ou de certa percentagem do capital social.

6. Encontrando-se presentes todos os accionistas e estando todos de acordo em deliberar sobre determinada ordem de trabalhos, a Assembleia-Geral poderá reunir-se e deliberar sem necessidade de quaisquer formalidades de convocação.

Artigo Vigésimo (Deliberações)

1. A cada acção corresponderá um voto.

2. As deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples dos votos dos accionistas presentes ou representados, excepto para os casos em que a lei ou estes estatutos exijam maioria qualificada.

3. É necessária a maioria qualificada de três quartos nas deliberações que tenham por objecto:

- a) A alteração ou modificação dos estatutos;
- b) A transformação, fusão, cisão, dissolução ou aprovação das contas da liquidação;
- c) O aumento, a redução ou a reintegração do capital social;
- d) A emissão de obrigações;
- e) A aprovação de contas e eleição dos Administradores.

4. As actas das reuniões da Assembleia-Geral, uma vez assinadas pelo presidente da mesa, pelo vice-presidente e pelo secretário, produzem imediatamente os seus efeitos; com dispensa de quaisquer outras formalidades.

Secção III Do Conselho de Administração

Artigo Vigésimo Primeiro (Composição)

1. A Administração da Sociedade será exercida por um Conselho de Administração composto por até cinco Administradores, eleitos pela Assembleia-Geral, podendo ser eleitos entre os sócios seus representantes ou estranhos à Sociedade.

2. A Assembleia-Geral elege de entre os Administradores eleitos, aquele que exercerá o cargo de presidente e de Vice-presidente do Conselho de Administração.

3. No caso do Conselho de Administração delegar as suas funções executivas numa comissão executiva, o vice-presidente do Conselho de Administração será o presidente da comissão executiva.

Artigo Vigésimo Segundo (Deliberações)

1. O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que para tal seja convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer outro Administrador, o que deverá ocorrer, pelo menos, uma vez por trimestre.

2. As convocatórias deverão ser feitas por escrito, comunicadas por qualquer forma, convencional ou electrónica, de modo a serem recebidas com, pelo menos, cinco dias de antecedência relativamente à data da reunião a que respeitam, e com aviso de recepção.

3. Para que o Conselho de Administração possa deliberar é necessário que se encontrem presentes ou representados a maioria dos seus membros.

4. Nos seus impedimentos qualquer Administrador poderá fazer-se representar por outro Administrador por carta-procuração, apenas válida para essa sessão do Conselho de Administração.

5. As deliberações são tomadas por maioria dos votos expressos, apenas dispo do presidente de voto de qualidade em caso de empate.

Artigo Vigésimo Terceiro (Competência)

1. Compete ao Conselho de Administração aprovar o plano de actividades e orçamento e exercer os mais amplos poderes de Administração e representação da Sociedade, sem reservas, em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo praticar todos os actos atinentes à realização do objecto social, excepto aqueles que a lei ou presentes estatutos reservarem a outros órgãos em particular.

2. O Conselho de Administração poderá delegar determinados poderes em quaisquer dos seus membros e ou nomear uma Comissão Executiva, à qual caberá a gestão corrente da Sociedade.

3. A Comissão Executiva terá os precisos poderes que lhe forem conferidos na delegação de competências, devendo reger-se por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho de Administração.

4. O Conselho de Administração poderá constituir mandatários estranhos à Sociedade, para a prática de determinados actos.

Artigo Vigésimo Quarto (Vinculação da Sociedade)

1. A Sociedade vincula-se com:

- a) A assinatura de dois membros do Conselho de Administração;

- b) A assinatura de um membro do Conselho de Administração e um Procurador;
- c) A assinatura de dois Procuradores conjuntamente, com poderes bastantes para o acto.

2. Os actos de mero expediente serão assinados por um Administrador Executivo, ou por qualquer Procurador devidamente autorizado.

3. Em caso algum, poderão os Administradores ou Administradores Executivos comprometer a Sociedade em actos ou contratos estranhos ao objecto social, designadamente em letras e livranças de favor, fianças e abonações.

Secção IV Da Comissão Executiva

Artigo Vigésimo Quinto (Composição e funcionamento)

1. A Comissão Executiva é composta por três Administradores Executivos, nomeados pelo Conselho de Administração, de entre os seus membros, no acto de nomeação e delegação de poderes, referido no número dois do artigo vigésimo terceiro.

2. O presidente da Comissão Executiva é o Vice-presidente do Conselho de Administração e, em caso de empate, terá voto de qualidade nas deliberações da Comissão Executiva.

3. Sem prejuízo do disposto no ponto anterior, a Comissão Executiva delibera por maioria absoluta de votos expressos dos seus membros.

4. A Comissão Executiva deve reunir-se, no mínimo, uma vez por mês, devendo desta reunião ser lavrada acta.

5. O Conselho de Administração aprova por unanimidade dos seus membros, o regulamento de funcionamento e a delegação de poderes que confere à Comissão Executiva.

Secção V

Artigo Vigésimo Sexto Do Conselho Fiscal

1. A fiscalização da actividade da Sociedade será exercida por um Conselho Fiscal, composto por três membros efectivos e um suplente, conforme deliberação da Assembleia-Geral.

2. Quando eleito o Conselho Fiscal, a Assembleia-Geral designará entre os membros em exercício o respectivo presidente.

Artigo Vigésimo Sétimo
(Auditoria às contas)

1. Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal, as contas de cada exercício social serão sujeitas a uma auditoria externa, promovida pelo Conselho de Administração a ser realizada por entidade de reconhecida capacidade técnica na matéria, devendo o respectivo relatório ser apresentado aos sócios na Assembleia-Geral anual de aprovação de contas.

2. Os resultados dessa auditoria serão sempre dados a conhecer ao Conselho Fiscal.

Artigo Vigésimo Oitavo
(Reuniões)

1. O Conselho Fiscal deverá reunir-se, ao menos, uma vez por trimestre.

2. As deliberações do Conselho Fiscal são tomadas por maioria de votos dos seus membros em exercício de funções, devendo os membros que com elas não concordarem inserirem na acta os motivos da sua discordância.

3. O presidente do Conselho Fiscal tem voto de qualidade em caso de empate na votação.

CAPÍTULO IV
Das disposições finais

Artigo Vigésimo Nono
(Ano social, demonstrações financeiras e plano de actividades)

1. O ano social corresponde ao ano civil.

2. As contas da Sociedade deverão constar, pelo menos, de um balanço e uma demonstração de resultados anuais, reportados a trinta e um de Dezembro, acompanhados de um parecer do Conselho Fiscal, de um relatório de gestão da responsabilidade do Conselho de Administração e do relatório da auditoria externa.

Artigo Trigesimo
(Aplicação dos lucros)

Os resultados líquidos apurados no balanço anual, deduzida a parte necessária à reserva legal, poderão ser destinados a quaisquer reservas facultativas, fundos ou provisões sem quaisquer limitações ou a serem distribuídos pelos accionistas conforme for deliberado pela Assembleia-Geral.

Artigo Trigesimo Primeiro
(Actas)

1. Das reuniões da Assembleia-Geral, do Conselho de Administração, da Comissão Executiva e do Conselho Fiscal, serão sempre lavradas actas, das quais constarão

as deliberações tomadas e as declarações de voto, se as houver.

2. As actas das reuniões do Conselho de Administração, da Comissão executiva e do Conselho Fiscal serão assinadas por todos os presentes.

3. As actas das reuniões da Assembleia-Geral serão assinadas pela respectiva mesa.

Artigo Trigesimo Segundo
(Dissolução)

A Sociedade dissolve-se nos casos fixados por lei e a sua liquidação será efectuada pelos Administradores em exercício de funções à data da liquidação ou por uma Comissão de Liquidatários, conforme for deliberado em Assembleia-Geral.

A Ministra do Plano e Finanças, *Dr.ª Ângela Viegas Santiago*.

Decreto nº 55/2009

Considerando o processo de reestruturação da Administração Financeira do Estado, iniciado com a entrada em vigor da Lei n.º 03/2007, de 12 de Fevereiro, sobre o Sistema de Administração Financeira do Estado, visando uma racionalização das suas estruturas centrais e promovendo a descentralização de funções, a descentralização ordenada e modernização automática de processos;

Considerando, ainda, a criação da Direcção Administrativa e Financeira na orgânica do Governo publicada pelo Decreto nº 26/2008 de 25 de Agosto de 2008, como entidade representativa sectorial no domínio das finanças públicas.

Nestes termos, ao abrigo da alínea c) do artigo 111º da Constituição, o Governo da República Democrática de S. Tomé e Príncipe decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º
Objecto

É aprovado o Estatuto Orgânico da Direcção Administrativa e Financeira, que em anexo faz parte integrante do presente diploma.

Artigo 2.º
Norma revogatória

O presente Decreto revoga todas as disposições relativas à organização dos serviços da Direcção Administrativa e Financeira, que forem contrárias ao disposto neste diploma.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente Decreto entra em vigor nos termos legais.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros, aos 12 de Novembro de 2009.- O Primeiro-Ministro e Chefe do Governo, *Dr. Joaquim Rafael Branco*; O Ministro da Justiça, da Reforma do Estado, da Administração Pública e dos Assuntos Parlamentares, *Dr. Justino Tavares Veiga*; A Ministra do Plano e Finanças, *Dr.ª Ângela Viegas Santiago*.

Promulgado em 30 de Dezembro de 2009.

Publique-se.

O Presidente da República, *Fradique Bandeira Melo de Menezes*.

Estatuto Orgânico da Direcção Administrativa e Financeira

**Título I
Das Generalidades**

**CAPÍTULO I
Conteúdo e âmbito**

**Artigo 1.º
Conteúdo**

O presente Diploma regula a natureza, a missão, as atribuições, os instrumentos de gestão e a estrutura orgânica da Direcção Administrativa e Financeira, incluindo as competências dos serviços, bem como o quadro de pessoal e as normas para o seu recrutamento.

**Artigo 2.º
Âmbito**

O regime estabelecido neste diploma é aplicado às Direcções Administrativas e Financeiras de todos os órgãos da Administração Central do Estado e dos Institutos Públicos que revestem a forma de serviços personalizados do Estado, quer sejam autónomos ou não.

**CAPÍTULO II
Natureza e missão**

**Artigo 3.º
Natureza**

A Direcção Administrativa e Financeira, abreviadamente designada por DAF, é o órgão de apoio técnico do Ministério no qual se integra.

**Artigo 4.º
Missão**

A DAF tem como missão coordenar, organizar e por em prática as actividades relacionadas com os aspectos administrativos de recursos humanos, da execução orçamental e financeira, da contabilidade e de administração e controlo patrimonial, licitação e contratação públicas, como órgão sectorial das funções de Administração e Finanças Públicas.

**CAPÍTULO III
Atribuições e Instrumentos de Gestão**

**Artigo 5.º
Atribuições**

A Direcção Administrativa e Financeira tem as seguintes atribuições:

- a) Promover a aplicação de medidas gerais da política da Administração Pública e o acompanhamento dos estudos de organização e gestão dos meios disponíveis e dos meios disponíveis métodos de trabalho;
- b) Receber e expedir a correspondência, organizar e promover o arquivo dos documentos;
- c) Prestar apoio administrativo e logístico aos diversos órgãos e serviços do Ministério no aspecto dos Recursos Humanos;
- d) Elaborar e gerir o Orçamento Geral do Estado atribuído ao Ministério, realizando a execução orçamental e financeira relativa ao exercício económico;
- e) Gerir o Sistema Contabilístico sectorial;
- f) Controlar e gerir, no âmbito sectorial os edifícios, mobiliário e equipamentos afectos ao Ministério, assegurando a sua manutenção e inventário, nos termos da Lei;
- g) Propor normas de procedimento legal sobre matérias respeitantes às suas competências.

**Artigo 6.º
Instrumentos de gestão**

São instrumentos de gestão para toda a estrutura orgânica da Direcção Administrativa e Financeira:

- a) O Plano de Actividades;
- b) O orçamento;
- c) O relatório anual de actividades;
- d) O Plano de formação;
- e) As legislações financeiras e patrimoniais;
- f) O estatuto da Administração Pública, pareceres e estudos;
- g) Demais normativos relacionados com a sua actividade.

Título II
Estrutura Orgânica, Atribuições e Competências

CAPÍTULO III
Estrutura Orgânica

Artigo 7.º
Organização Geral dos Serviços

1. Para a prossecução da sua missão, a Direcção Administrativa e Financeira estrutura-se em dois Departamentos:

- a) Departamento de Serviços Administrativos, Recursos Humanos e Património;
- b) Departamento Financeiro.

2. O Departamento de Serviços Administrativos, Recursos Humanos e Património compreende:

- a) Secção de Serviços Administrativos;
- b) Secção dos Recursos Humanos;
- c) Secção de Património.

3. O Departamento Financeiro compreende:

- a) Secção de elaboração e execução orçamental e secção de programação e execução financeira;
- b) Secção de contabilidade.

Capítulo IV
Órgãos e Serviços

Secção I
Estrutura orgânica especial

Artigo 8.º
Director da DAF

A Direcção Administrativa e Financeira é dirigida ao mais alto nível por um Director, que depende directamente do Ministro de tutela, a quem compete:

- a) Coordenar as acções dos departamentos;
- b) Indicar os chefes das áreas internas da DAF, para nomeação pelo Ministro tutelar;
- c) Dirigir a elaboração e a execução do Plano de Trabalho da Direcção;
- d) Assegurar a execução das leis e outros diplomas legais inerentes à Direcção;
- e) Zelar pela adequada formação e desenvolvimento técnico dos funcionários da Direcção;
- f) Promover a participação activa dos funcionários da Direcção, na execução de tarefas que lhes são pertinentes e na solução dos problemas que lhes são afectos;
- g) Garantir a melhor e mais adequada utilização dos recursos humanos, materiais e financeiros do Ministério;
- h) Exercer as demais competências previstas na Lei.

Artigo 9.º
**Departamento de Serviços Administrativos,
Recursos Humanos e Património;**

O Departamento de Serviços Administrativos, Recursos Humanos e Património é o serviço operativo da Direcção Administrativa e Financeira que assegura a gestão administrativa, a gestão dos recursos humanos, a gestão orçamental e financeira e a gestão patrimonial do respectivo Ministério.

Artigo 10.º
Secção dos Serviços Administrativos

À Secção dos Serviços Administrativos compete:

- a) Assegurar todo o apoio administrativo aos organismos que constituem o Ministério;
- b) Garantir o normal funcionamento dos organismos;
- c) Assegurar todo expediente e arquivo;
- d) Manter actualizado e organizado o ficheiro geral da legislação das Finanças Públicas, promovendo a sua divulgação entre os demais serviços públicos;
- e) Preparar as reuniões, bem como a elaboração dos relatórios e o seguimento administrativo das decisões ou recomendações.

Artigo 11.º
Secção dos Recursos Humanos

À secção dos Recursos Humanos cabe assegurar a gestão do pessoal designadamente:

- a) Recrutamento, selecção, promoção;
- b) Avaliação do desempenho e acção disciplinar;
- c) Promoção e realização de acções de formação e desenvolvimento profissional;
- d) Organização expedientes necessários;
- e) Manter actualizado os processos individuais e a emissão de cartões de identidade profissionais;
- f) Manutenção e actualização de base de dados do pessoal do Ministério.

Artigo 12.º
Secção de Património

À Secção de Património cabe:

- a) Efectuar a inventariação de todos os bens, conforme o regulamento do inventário e cadastro dos bens do Estado e efectuar o registo no sistema informático do património;
- b) Elaborar e constituir processos individuais de todos os bens imóveis, móveis e veículos pertencentes ao Ministério;
- c) Manter actualizado o cadastro de todos os bens do Ministério;
- d) Zelar pela boa conservação de todos os bens afectos ao Ministério;
- e) Assegurar-se que todos os bens móveis são devidamente identificados através de etiquetas;

- f) Proceder o registo de todas as revisões e reparações efectuadas nos veículos;
- g) Efectuar todas as operações e movimentos necessários à boa gestão do património afecto ao Ministério;
- h) Executar tarefas de licitação e contratações públicas;
- i) Acompanhar a execução dos contratos;
- j) Proceder a manutenção, organização e arquivo dos contratos celebrados;
- k) Comunicar periodicamente ao seu superior hierárquico, através de relatórios da situação dos contratos;
- l) Propor medidas correctivas das actividades sobre a sua responsabilidade;
- m) Dar parecer sobre assuntos a que for solicitado;
- n) Manter actualizado o cadastro das empresas que participam nos concursos.

Artigo 13.º

Secção de Elaboração e Execução Orçamental

À secção de Elaboração, Execução Orçamental, Programação e Execução Financeira cabe:

- a) Executar, em conjunto com as unidades sob sua jurisdição, o processo de elaboração orçamental sectorial;
- b) Prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas no âmbito do Ministério;
- c) Desenvolver as actividades de cabimentação das despesas em nome das Unidades Gestoras do Ministério;
- d) Manter articulação com a área responsável pela orçamentação para melhor orientar as unidades gestoras;
- e) Realizar a conformidade no SAFE.

Artigo 14.º

Secção de Programação e Execução Financeira

Ao sector de Programação e Execução Financeira cabe:

- a) Executar, em conjunto com as unidades sob sua jurisdição, o processo de programação financeira sectorial;
- b) Prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas no âmbito do Ministério;
- c) Gerir o fluxo de caixa e executar as liquidações e os pagamentos de despesas no âmbito do Ministério;
- d) Manter articulação com a área responsável pela orçamentação para melhor orientar as unidades gestoras;
- e) Realizar a conformidade no SAFE.

Artigo 15.º

Secção de Contabilidade

À Secção de Contabilidade cabe:

- a) Realizar a conformidade dos registos no SAFE, após análise dos actos e factos de gestão orçamental, financeira e patrimonial, praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos ao abrigo das normas vigentes, da tabela de eventos e da conformidade documental realizada pela unidade gestora;
- b) Manter arquivo dos documentos de suporte aos registos realizados no SAFE e, onde ficarão à disposição dos órgãos de controlo interno e externo, no prazo por eles estabelecido;
- c) Analisar os balancetes e demais demonstrações contabilísticas das unidades sob sua jurisdição;
- d) Efectuar nas unidades sob sua jurisdição, quando necessário, registos contabilísticos;
- e) Efectuar os registos pertinentes e adoptar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o facto à autoridade a quem o responsável esteja subordinado, relativamente à apurações de actos e factos inquinados de ilegais ou irregulares;
- f) Dar apoio ao órgão central do Sistema de Contabilidade, providenciando acções e os documentos que lhe forem solicitados a elaboração da Conta Geral do Governo;
- g) Produzir e fornecer informações com vista a subsidiar o processo da tomada de decisão.

Artigo 16.º

Chefes dos Departamentos

1. Os Departamentos da Direcção Administrativa e financeira são dirigidos por Chefes de Departamentos, directamente subordinados aos Directores da DAF, a quem respondem pelo bom andamento e cumprimento das tarefas que lhe são cometidas.

2. Aos Chefes dos Departamentos compete:

- a) Organizar, dirigir, coordenar e controlar a actividade das estruturas que constituam o Departamento;
- b) Transmitir as orientações superiores e velar pela sua execução;
- c) Representar e responder pela actividade do Departamento;
- d) Participar na elaboração e controlo do Plano de Actividades da Direcção;
- e) Propor o recrutamento dos técnicos necessários ao funcionamento do Departamento;
- f) Propor e emitir parecer sobre a nomeação dos responsáveis necessários ao funcionamento do Departamento;
- g) Exercer o poder disciplinar de acordo com a legislação laboral em vigor;
- h) Velar pelo uso racional e pela conservação do património distribuído ao Departamento;

- i) Propor as modificações orgânicas necessárias ao bom funcionamento do Departamento;
- j) Elaborar e propor normas e instruções metodológicas relacionadas com a sua actividade, sob a orientação técnica do Gabinete de assessoria e estudos;
- k) Zelar e acompanhar o desenvolvimento da capacidade técnica e cultural dos funcionários afectos ao departamento, bem como a respectiva colocação;
- l) Elaborar e apresentar periodicamente o relatório de actividade do Departamento de acordo com as orientações superiores;
- m) Exercer as demais funções que lhe forem superiormente acometidas.

Artigo 17.º
Chefes das Secções

As Secções da DAF são chefiadas por chefes de secções, a quem compete o seguinte:

- a) Propor à apreciação superior a racionalização de métodos e processos de trabalhos em sua área de actuação;
- b) Emitir pareceres e sugestões sobre assuntos afectos à sua gerência;
- c) Executar os trabalhos sob sua responsabilidade;
- d) Exercer outras actividades que lhe forem atribuídas pelo seu superior imediato.

**Título III
DO PESSOAL**

CAPÍTULO V

Alterações ao Quadro do pessoal, Recrutamento e Provisão do pessoal

**Secção I
Disposições Gerais**

Artigo 17.º
Alterações ao Quadro de Pessoal

1. Sempre que as exigências técnicas o imponham ou as necessidades de serviço o justifiquem poderá sob proposta do Director da DAF, ser revisto o quadro do pessoal.

2. A distribuição do pessoal pelos serviços será estabelecida por despacho do Director da DAF.

3. Aquando da entrada em funcionamento da Direcção Administrativa e Financeira, poderão sobre proposta do Director e aprovação do Ministro de tutela, fazer parte desta Direcção quadros técnicos provenientes de outras Direcções do Ministério das Finanças.

**Secção II
RECRUTAMENTO DO PESSOAL**

Artigo 18.º
Director

1. O recrutamento do Director da Direcção Administrativa e Financeira é feito por escolha, em regra, entre os licenciados ou pós graduados, preferentemente em Economia, Finanças, Gestão de Empresas ou Contabilidade, com experiência profissional de, pelo menos, quatro anos, dois dos quais em cargos de chefia.

2. O Director da Direcção Administrativa e Financeira será nomeado em Comissão de Serviço, por um período de três anos, mediante despacho do Ministro tutelar, ouvido o Ministro tutelar da área das Finanças.

3. Na sua ausência e impedimentos o Director da Direcção Administrativa e Financeira será substituído pelo chefe do Departamento por ele nomeado.

Artigo 19.º
Chefes de Departamento

1. O cargo de Chefe de Departamento será provido em comissão de serviço mediante o despacho do Ministro tutelar, sob proposta do Director da Direcção Administrativa e Financeira, dentre os funcionários do quadro técnico superior da Direcção, com experiência mínima de três anos no quadro da Direcção, e reconhecido mérito para o exercício da função.

2. Excepcionalmente, quando se constatar a inexistência de pessoal com as qualificações referidas no número anterior poderá ser feita a escolha do Chefe do Departamento dentre os funcionários que tenham pelo menos cinco anos de experiência na área das Finanças.

Artigo 20.º
Pessoal do Quadro Técnico Superior e Técnico

1. O ingresso de funcionários nas categorias do quadro técnico superior, faz-se mediante concurso nos termos do estatuto da função pública.

2. Para serem admitidos a concurso a que se refere o número 1 deste artigo os candidatos deverão possuir as habilitações e experiências estabelecidas para cada caso.

3. Os funcionários nomeados de acordo com o número 1 deste artigo, só poderão participar no concurso de promoção para a categoria imediatamente superior, quando completarem três anos de serviço na categoria.

Artigo 21.º
Funcionários do Quadro Administrativo e Auxiliar

O ingresso dos funcionários nas diversas categorias dos quadros administrativos e auxiliar será feito mediante concurso, nos termos do estatuto da função pública.

Artigo 22.º
Pessoal além do quadro

Quando as necessidades do serviço o determinarem, poderão ser contratados além do quadro, nos termos das disposições legais em vigor, técnicos de reconhecido mérito e especialização aos quais convenha recorrer para a realização de estudos ou trabalhos especiais.

CAPÍTULO VI
ESTATUTO REMUNERATÓRIO

Artigo 23.º
Vencimentos

Os funcionários da Direcção Administrativa e Financeira têm direito aos vencimentos correspondentes às respectivas categorias ou cargos e poderão beneficiar das demais remunerações previstas para os restantes funcionários no Estatuto da Função Pública e outras disposições legais não contrariadas pelo presente diploma.

CAPÍTULO VII
Disposições Finais e Transitórias

Artigo 24.º
Quadro de pessoal

O quadro do pessoal da Direcção Administrativa e Financeira integra os seguintes profissionais:

- Dirigentes;
- Quadros Superiores;
- Técnicos;
- Auxiliares.

Artigo 25.º
Transferência do pessoal

1. O primeiro provimento dos lugares far-se-á pela transferência do pessoal actualmente em funções na Direcção Administrativa e Financeira, excepto para o pessoal dirigente, caso em que se observará o disposto no artigo 85.º do Estatuto da Função Pública.

2. O provimento de novos lugares decorrentes da orgânica ora aprovada seguirá os termos legalmente estabelecidos no Estatuto da Função Pública e demais legislação em vigor.

Artigo 26.º
Disposição subsidiária

Em tudo o que não estiver previsto no presente diploma ou em lei especial, os direitos e deveres do pessoal da Direcção Administrativa e Financeira regulam-se pelo disposto no Estatuto da Função Pública em vigor.

Artigo 27.º
As dúvidas e omissões

As dúvidas e omissões suscitadas na interpretação do presente diploma serão resolvidos e sanados por despacho do Ministro das Finanças.

Artigo 28.º
Anexos

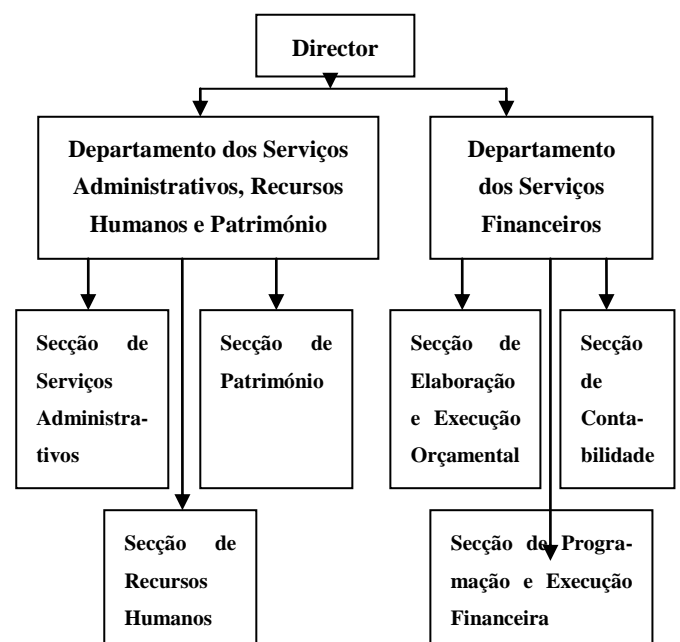
Constituem anexos ao presente Diploma o quadro de pessoal e o organograma da Direcção Administrativa e Financeira.

A Ministra do Plano e Finanças, *Dr.ª Ângela Viegas Santiago*.

Anexo I
Quadro de Pessoal da Direcção Administrativa e Financeira

N/D	CARGOS
01	Director
02	Chefe de Departamento
03	Técnico Form. Superior de 3ª classe
04	Técnico de 3ª classe
05	Chefe de Secção
06	Técnico adjunto de 3ª classe
07	Oficial Adm. de 1ª
08	Oficial Adm. de 2ª
09	Oficial Adm. de 3ª
10	Técnico adjunto de 3ª classe
11	Técnico auxiliar de 3ª classe
12	Auxiliar administrativo de 1ª classe
13	Auxiliar administrativo de 2ª classe
14	Auxiliar administrativo de 3ª classe
15	Operário de 2ª classe
16	Encarregada de expediente

Anexo II
Organograma da Direcção Administrativa e Financeira



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, REFORMA DO ESTADO,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS PARLAMENTARES**

Direcção Geral dos Registos e Notariado

Anúncios Judiciais e Outros

Constituição de Sociedade

Elísio Osvaldo do Espírito Santo d'Alva Teixeira, Director Geral dos Registos e Notariado do Ministério da Justiça e Assuntos Parlamentares:

Certifica, para efeitos de publicação que, por escritura de vinte e nove de Outubro do ano de dois mil e nove, lavrada nesta Direcção – Secção Notarial e exarada de folhas quarenta e uma verso a folhas quarenta e sete verso do livro de notas para escrituras diversas número novecentos e quarenta e sete, os Senhores Manuel dos Ramos Sacramento Veloso, casado com Vicência da Cruz, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Santo Amaro, residente em Luanda – Angola, Gustavo Sebastião Barreto, casado com Maria Silvestre Soares de Barros, sob o regime de separação de bens, natural de Guadalupe – S. Tomé, residente em Luanda – Angola, José Augusto de Oliveira Guimarães Viegas de Abreu, solteiro, maior, natural de Neves, Distrito de Lembá, residente em Luanda – Angola e José da Costa Dias, casado com Genoveva do Rosário Serina dos Santos Costa Dias, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, natural de Santana – Distrito de Cantagalo, residente em Luanda – Angola e, resolveram entre si, constituir uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que se regerá conforme os estatutos que se seguem:

Artigo 1.º

Denominação, Sede e Duração

Um- A Sociedade adopta a denominação de <PETROD'XINCU, LIMITADA>.

Dois- A Sociedade terá a sua sede na cidade de S. Tomé, Distrito de Água Grande, a sua duração é por tempo indeterminado, contando-se o seu início a partir da data de celebração da escritura da sua constituição.

Artigo 2.º

Objecto

O objecto da Sociedade consiste na actividade de exploração, produção, prestação de serviços petrolíferos e pesquisas, bem como todas outras actividades que coadunem com o seu objecto e não sejam proibidas por Lei.

Artigo 3.º

Capital Social

O capital social é de STD 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dobrás), integralmente realizado em dinheiro, correspondendo à soma das seguintes quotas:

- Uma no valor nominal de Dbs. 37.500,00 (trinta e sete milhões e quinhentas mil dobrás), de que é titular o sócio Manuel dos Ramos Sacramento Veloso;

- Uma quota no valor nominal de Dbs. 37.500,00 (trinta e sete milhões e quinhentas mil dobrás), de que é titular o sócio Gustavo Sebastião Barreto;

- Uma quota no valor nominal de Dbs. 37.500,00 (trinta e sete milhões e quinhentas mil dobrás), de que é titular o sócio José Augusto de Oliveira Guimarães Viegas de Abreu;

- Uma quota no valor nominal de Dbs. 37.500,00 (trinta e sete milhões e quinhentas mil dobrás), de que é titular o sócio José da Costa Dias.

Artigo 4.º

Suprimento

Os sócios poderão fazer a sociedade os suprimentos que por ventura venham a ser necessários para os negócios sociais, fixando-se previamente os montantes dos mesmos.

Artigo 5.º

Poderão ser exigidos aos sócios prestações suplementares de capital, até ao quádruplo, nos termos e condições a deliberar em Assembleia-Geral.

Artigo 6.º

Cessão de Quotas

Um- São livres as cessões de quotas entre os sócios ficando desde já dispensada a autorização especial da sociedade.

Dois- Nas cessões onerosas de quotas a favor de estranhos terão direito de preferência primeiro a sociedade e depois os demais sócios.

Três- A deliberação sobre o exercício do direito de preferência pela sociedade será tomada em Assembleia-Geral de sócios que terá lugar no prazo máximo de 30 dias a contar da data em que o sócio cedente notificar para tal fim a gerência, a qual deverá de imediato proceder a sua convocatória.

Artigo 7.º

Amortização de Quota

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos casos seguintes:

- a) Por acordo com os respectivos titulares;
- b) Quando tenha sido decretado penhora sobre a quota, arresto, ou por qualquer motivo, deva proceder-se à sua arrematação ou adjudicação judicial e ainda quando a mesma tenha sido dada em penhor;
- c) No caso de falência ou insolvência de quaisquer dos sócios.

Artigo 8.º

Gerência

Um- A gerência e administração da sociedade em juízo ou fora dele, activa ou passivamente, com ou sem remuneração, será exercida pelo/s sócio/s, que ficam nomeados gerentes, conforme for deliberado em Assembleia-Geral.

Dois- A sociedade obriga-se em quaisquer actos ou contratos pelas assinaturas dos gerentes ou de qualquer mandatário ou procurador nos estritos limites dos poderes que a este venha a ser conferido.

Artigo 9.º
Assembleia-Geral

Um- As Assembleias-Gerais para as quais a Lei não preveja condições nem prazos especiais, serão convocados por cartas registadas com aviso de recepção dirigidas aos sócios, pelo menos com oito dias de antecedência de data prevista da sua realização e a ordem de trabalho.

Dois- Os sócios poderão fazer-se representar nas Assembleias-Gerais por outro sócio por eles expressamente indicado para o efeito através de simples carta dirigida a sociedade.

Artigo 10.º
Exercícios Sociais

Os exercícios sociais corresponderão aos anos civis pelo que os balanços serão fechados no dia 31 de Dezembro de cada ano.

Artigo 11.º
**Transmissão de Quotas
“Mortis Causa”**

As quotas transmitem-se para aos herdeiros habilitados do sócio falecido. Os herdeiros do sócio falecido, designarão um representante legal sendo os seus direitos exercidos pelo mesmo perante aquela.

Artigo 13.º
Dissolução e Liquidação

Um- Para fins dos presentes estatutos a dissolução far-se-á em conformidade com o estatuído no artigo cento e vinte e seguintes do Código Comercial vigente.

Dois- Exceptuando-se o caso de falência, a liquidação da sociedade será deliberada pela Assembleia de sócios que nomeará liquidatários, unanimemente aceites pelos sócios, seguindo os trâmites do artigo cento e vinte e um do Código Comercial vigente.

Três- O prazo para liquidação será de sessenta dias a contar da data do início do processo.

Quatro- Em caso de partilha serão aplicadas as normas relativas as partilhas entre os co-herdeiros.

Artigo 14.º
Casos Omissos

Nos casos omissos regularão as disposições legais das sociedades por quotas de responsabilidade limitada e as demais deliberações da Assembleia-Geral.

Está conforme.

Direcção Geral dos Registos e Notariado –Secção Notarial, aos nove do mês de Dezembro de dois mil e nove.- O Director, *Elísio Osvaldo d’Alva Teixeira*.

Aos vinte e cinco dias do mês de Agosto do ano dois mil e nove, na Direcção Geral dos Registos e Notariado – Secção Notarial, sita na Praça do Povo, cidade de S. Tomé, perante mim Licenciado Elísio Osvaldo do Espírito Santo d’Alva Teixeira, Director dos referidos Serviços, exercendo o cargo de Notário compareceu como outorgante o Senhor Luíz Carlos Filho, solteiro, natural de Sr. Gonçalo - Brasil, empresário,

residente acidentalmente em S. Tomé, que outorga por si e na qualidade de procurador da Senhora Marcia Gomes da Luz, viúva, natural de Rio de Janeiro- Brasil, economista, residente em Avenida Marginal Doze de Julho, Distrito de Água Grande, portadora de passaporte número CY788525, de dois de Abril do ano dois mil e nove, emitido pelas Autoridades da República Federativa do Brasil, com poderes necessários para este acto, conforme a procuração datada de vinte e um de Agosto do corrente ano que me foi presente e arquivado.

Verifiquei a identidade do outorgante por exibição do seu passaporte número CZ150207, de vinte e quatro de Julho do ano dois mil e nove, emitido pelas autoridades da República Federativa do Brasil.

E por ele foi dito: Que pela presente escritura ele e a sua representada resolveram entre si constituir uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que se regerá nos termos constantes dos artigos que se seguem:

Artigo Primeiro
Denominação e Sede

A Sociedade adopta a denominação “AFRIBRAZ, Lda.”, tem a sua sede nesta cidade, podendo por deliberação da Assembleia-Geral abrir, manter ou encerrar sucursais, delegações ou quaisquer outras formas de representação em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro e a sua duração é por tempo indeterminado.

Artigo Segundo
Objecto Social

O seu objecto social consiste no exercício de consultoria internacional, comércio – geral, importação e exportação e actividades de representação, podendo contudo explorar qualquer outro ramo e para o qual não seja necessário autorização especial.

Artigo Terceiro
Capital Social

Um- O capital social integralmente subscrito em dinheiro é de cinco mil Euros, está dividido em duas quotas da seguinte forma:

- a) Luíz Carlos Filho, com uma quota no valor nominal de quatro mil e quinhentos Euros, equivalente a noventa por cento do capital social, e;
- b) Marcia Gomes da Luz, com uma quota no valor nominal de quinhentos Euros, equivalente a dez por cento do capital social, respectivamente.

Dois- O capital social poderá ser aumentado uma ou mais vezes, mediante deliberação da Assembleia Geral aprovado por maioria simples simples dos votos representativos do capital social.

Artigo Quarto
Cessão de Quotas

Um- A cessão de quotas, no todo ou em parte depende do consentimento da Sociedade.

Dois- Em caso de cessão de quotas, os sócios beneficiam-se de direito de preferência.

Artigo Quinto Gerência

Um- A Gerência e a Administração da Sociedade em juízo e fora dele activa e passivamente, fica a cargo do sócio Luíz Carlos Filho, que desde já fica nomeado Gerente.

Dois- Para que a Sociedade fique validamente obrigada é suficiente a assinatura de um gerente.

Três- Fica vedado aos gerentes obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, tais como letras de favor, fianças, abonações ou documentos semelhantes.

Quatro- Os sócios gerentes podem delegar os seus poderes de gerência a outro sócio ou mesmo a pessoas estranhas à Sociedade.

Artigo Sexto Assembleia Geral

Um- As reuniões da Assembleias Geral serão convocadas com pelo menos quinze dias de antecedência.

Dois- Os sócios podem delegar num outro, o seu direito de voto, em carta por eles assinada.

Três- Todas as decisões devem constar de uma acta aprovada e assinada por todos os presentes.

Artigo Sétimo Lucros Líquidos

Um- Os balanços serão anuais e encerrados a trinta e um de Dezembro de cada ano e os balanços, digo, os lucros líquidos serão apurados, depois de deduzidas as percentagens que for estabelecida para o fundo de reservas legal e quaisquer outros.

Dois- Os lucros líquidos que resultem dos balanços só serão distribuídos aos sócios se a Assembleia Geral deliberar nesse sentido, por maioria simples dos votos presentes em que tal matéria constar da ordem de trabalhos.

Três- A distribuição dos lucros pelos sócios, será feita na proporção das suas quotas.

Quatro- Os prejuízos se os houver, serão igualmente suportados pelos sócios na proporção das suas quotas.

Artigo Oitavo Dissolução

Um- Por morte ou interdição de qualquer dos sócios, a Sociedade poderá dissolver, se assim for entendido por consenso, caso em que ela constituirá com o sócio sobrevivente e capaz e os herdeiros do falecido ou representantes legais do interdito, devendo estes nomear.

Dois- Se a Sociedade for dissolvida por acordo dos sócios e nos demais casos, ambos, serão liquidatários e a partilha será efectuada conforme for acordado.

Três- Na falta de acordo, se um dos sócios pretender, será o activo social licitado no seu todo, com obrigação do pagamento do passivo e adjudicado ao sócio que melhor preço oferecer, em igualdade de condições.

Quatro- A operação da licitação e adjudicação será conduzida por uma comissão mediadora de três membros, sendo um designado por entidade pública competente e dois outros designados por cada um dos sócios ou seus legítimos representantes.

Artigo Nono Conflitos

Para todas as questões imergentes do presente estatuto, quer entre os sócios, seus herdeiros ou representantes, quer entre eles e a própria Sociedade, fica estipulado o foro de Comarca de S. Tomé, com renúncia a qualquer outro.

Artigo Décimo Casos Omissos

Nos omissos regularão as deliberações sociais desde que tomadas em forma legal e as disposições legais vigentes e aplicáveis em São Tomé e Príncipe.

Assim o disse e outorgou.

Instruem este acto a procuração já referida no contexto desta escritura e a certidão passada por esta Direcção – Secção dos Registos datada de vinte e um de Agosto do corrente ano, donde se vê não existir matriculada nesta Secção nenhuma Sociedade com esta denominação ou outra que por tal forma semelhante possa induzir em erro com aquela que me foi presente e arquivado.

Esta escritura lavrada por minuta que fica arquivada depois de cumpridas as formalidades legais, foi lida ao outorgante em voz alta, na sua presença, com advertência de que o registo deste acto deverá ser requerido no prazo legal.

Está conforme.

Direcção Geral dos Registos e Notariado – Secção Notarial, aos oito dias do mês de Setembro do ano dois mil e nove.- O Director, *Elisio Osvaldo d'Alva Teixeira*.



DIÁRIO DA REPÚBLICA

AVISO

A correspondência respeitante à publicação de anúncios no *Diário da República*, a sua assinatura ou falta de remessa, deve ser dirigida ao Centro de Informática e Reprografia do Ministério da Justiça e Assuntos Parlamentares – Telefone: 225693 - Caixa Postal n.º 901 – E-mail: cir@cstome.net São Tomé e Príncipe - S. Tomé.